

## O LIVRO DIDÁTICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Déborah dos Santos; Katiane Silva Santos (1); Alex Martins do Nascimento (2); Luciene dos Santos Andrade (3);

(UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS, [deborahsantos21@hotmail.com](mailto:deborahsantos21@hotmail.com); UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS, [skatiane34@yahoo.com.br](mailto:skatiane34@yahoo.com.br)(1); INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL, [alex\\_mtglobo@hotmail.com](mailto:alex_mtglobo@hotmail.com)(2); INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL, [lu-santosandrade@hotmail.com](mailto:lu-santosandrade@hotmail.com) (3))

**Resumo:** Apesar de alguns trabalhos abordarem o Livro Didático, doravante LD, como algo precário e com problemas desde sua origem, pesquisas apontam que o livro didático de língua portuguesa tem mostrado grande avanço para o ensino, proporcionando ao aluno uma aproximação com a diversidade de textos e usos da linguagem. Principalmente nas escolas da rede pública, o livro didático representa um recurso fundamental, muitas vezes, única ferramenta disponível no processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, o presente trabalho visa refletir a importância do uso dessa ferramenta no ensino de língua materna, assim como a assimilação e a compreensão do referido material. Para a concretização do estudo, realizou-se uma revisão bibliográfica a respeito da história e do uso do livro didático, abordando autores como Batista & Rojo (2005), Freitag (1987 e 1993), Oliveira, 1980 p 12 apud Oliveira et al. (1984), Decreto-Lei 1.006, de 30 de dezembro (1938) e leis, dentre outras, as quais desenvolveram pesquisas acerca do tema. Com base nas reflexões é possível constatar que o livro é um grande aliado do professor, porém vale ressaltar que o docente deve ser superior ao material em questão, tanto em conhecimento, quanto em desempenho pedagógico, refletindo sobre as possibilidades de aproveitá-lo de modo que as aulas não fiquem centradas na metalinguagem ou no constante uso desse recurso. Contudo, o LD não deve ser concebido como único instrumento na prática docente, tampouco como fonte de conhecimento legítimo e inquestionável.

**Palavras-chave:** Livro Didático; Língua Portuguesa; Ensino.

### INTRODUÇÃO

O livro didático (LD) tem sido utilizado como objeto de diversas pesquisas na área da Linguagem, de modo que a maioria dos trabalhos aborda o livro como uma fonte para o estudo dos conteúdos e metodologia, mostrando, como resultado, a história “de um livro didático, sempre precário e já com problemas desde sua origem” (ALMEIDA, 1997, p8). São poucos os estudos que tratam do uso efetivo do livro didático na sala de aula.

Nesse sentido, o presente trabalho busca refletir sobre a importância do uso do LD de língua portuguesa na prática docente e também da assimilação, compreensão e transformação dessa ferramenta. Pois é relevante promover a discussão em torno da apropriação do LD, possibilitando o uso eficaz desse material, que, embora possa apresentar deficiências, há possibilidades de aproveitá-lo de maneira que as aulas não fiquem centradas na metalinguagem.

O presente trabalho justifica-se pelo fato de que, no âmbito escolar, o livro didático de língua portuguesa representa a principal, senão a única ferramenta disponível no processo de ensino e aprendizagem, sobretudo nas instituições públicas de ensino. Contudo, o LD não deve ser concebido como único instrumento na prática docente, tampouco como fonte de conhecimento legítimo e inquestionável.

Diante dos objetivos citados, realizou-se uma revisão bibliográfica, através da abordagem de autores, os quais realizaram pesquisas sobre o tema.

Assim, num primeiro momento, julga-se necessário apresentar como e em que contexto surgiu o livro didático. Logo após, é feita uma caracterização do livro didático de Língua Portuguesa e suas modificações ao longo do tempo. Já no terceiro momento faz-se uma abordagem da relação entre o livro didático e a formação do professor de língua materna. E, por fim, as considerações finais.

## **METODOLOGIA**

Esse trabalho tem como embasamento metodológico autores como Batista & Rojo (2005), Freitag (1987 e 1993), Oliveira, 1980 p 12 apud Oliveira et al. (1984), o Decreto-Lei 1.006, de 30 de dezembro (1938), a legislação 1.006/38, o Decreto 8.460 de 1945, Ceale (2014), Bunzen (2014), Lajolo (1996), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre outros.

### **1 Breve histórico do livro didático**

Num primeiro momento, julga-se necessário apresentar uma breve trajetória do livro didático, obra produzida com a finalidade de

auxiliar no ensino de uma determinada disciplina por meio da apresentação de um conjunto extenso de conteúdos do currículo, de acordo com uma progressão, sob a forma de unidades ou lições, e por meio de uma organização que favorece tanto usos coletivos, quanto individuais. (BATISTA & ROJO, 2005, p 15).

Além de observar como se tornou uma ferramenta indispensável para a efetivação do ensino-aprendizagem.

As primeiras proposições do Estado Novo para assegurar a distribuição e divulgação de obras com fins educacionais surgem a partir de 1937, culminando na criação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão pertencente ao MEC, subdividido em outros órgãos menores, dentre eles, a Coordenação do Livro Didático, cuja competência era “planejar as atividades relacionadas com o livro didático e estabelecer convênios com órgãos e instituições que assegurassem a produção e distribuição do livro didático” (FREITAG, 1987, p 6).

O conceito de “livro didático”, no Brasil, deu-se pela primeira vez em 1938, com o Decreto-Lei 1.006, de 30 de dezembro. De acordo com o Art. 2º

Compêndios são os livros que expõem total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares [...] livros de leitura de classes são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático. (OLIVEIRA, 1980 p 12 apud OLIVEIRA et al.,1984, p 22)

Nessa época, no Brasil, buscou-se desenvolver “uma política educacional consciente, progressista, com pretensões democráticas e aspirando a um embasamento científico” (FREITAG, 1993, p 12), e o termo “livro didático” passou a ser entendido como o livro adotado na escola, voltado para o ensino, obedecendo aos programas curriculares escolares.

O mesmo decreto criou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), a qual cabia a tarefa de examinar, julgar e indicar os livros para a tradução, e também propor abertura de concursos para a produção de livros inexistentes no país. De acordo com Freitag (1987), tal comissão possuía mais um caráter político pedagógico, quando deveria ter uma função didática.

A legislação 1.006/38 se consolida com o Decreto 8.460 de 1945, o qual dispõe sobre a organização e o funcionamento da CNLD. Vale lembrar que nessa época o livro didático transformou-se num produto lucrativo, fazendo surgir no cenário educacional uma especulação comercial.

Durante a década de 1960 é criada a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), por meio do acordo MEC/USAID, firmado em 06/01/1967, numa parceria entre os governos brasileiro e americano, com o objetivo de tornar disponíveis, de forma gratuita, cerca de 51 milhões de livros destinados a estudantes brasileiros no período de três anos (FREITAG, 1993). O acordo ainda propunha um programa de desenvolvimento que incluía a instalação de bibliotecas e cursos de treinamento para

instrutores e professores. Contudo, muitos críticos da educação brasileira denunciaram que havia um controle americano no mercado dos livros e conseqüentemente um controle ideológico.

Em 1971, a COLTED foi extinta quando foi criado, então, o Programa do Livro Didático (PLID), conforme o Decreto 68.728, de 08/06/1971. Nesse ano, a responsabilidade de desenvolver o Programa Nacional do Livro Didático ficou a cargo do Instituto Nacional do Livro (INL), criado através do Decreto-lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937. Esse programa tinha como competência “definir diretrizes para a formulação de programa editorial e planos de ação do MEC e autorizar a celebração de contratos, convênios e ajustes com entidades públicas e particulares e com autores, tradutores e editores gráficos, distribuidores e livreiros” (OLIVEIRA, 1984, p 57).

Em 1976, a responsabilidade do Programa do Livro Didático foi transferida para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Sua competência era

definir as diretrizes para a produção de material escolar e didático e assegurar sua distribuição em todo território nacional; formular programa editorial; cooperar com instituições educacionais, científicas e culturais, públicas e privadas, na execução de objetivos comuns. (FREITAG, 1993, p 15).

Ainda segundo essa autora, foi a partir de 1980 que surgiu explicitamente a vinculação da política governamental do livro didático com a criança carente, quando foram lançadas as diretrizes do Programa do Livro Didático-Ensino Fundamental (PLIDEF).

A partir da década de 1980, através da Lei 7.091 instituiu-se a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão subordinado ao MEC, com a finalidade de gerenciar o PLIDEF, o que resultou, segundo FREITAG (1993), em problemas como dificuldades de distribuição do livro dentro do prazo previsto, *lobbies* das empresas e editoras junto aos órgãos estatais responsáveis, o autoritarismo implícito na tomada de decisões pelos responsáveis no governo. Durante esse período, a indústria livreira proliferou no Brasil, todavia foram enviados às escolas muitos livros de qualidade duvidosa, mostrando o descaso e a falta de rigor na elaboração e avaliação do material.

Diante desse cenário, com a intenção de garantir uma regulamentação do livro didático mais competente e eficaz, o governo criou, em 1985, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual tinha como meta o atendimento aos alunos de 1ª a 8ª séries do

Ensino Fundamental das escolas públicas do Brasil, com prioridade para Matemática e Comunicação e Expressão.

No ano de 1996 a FAE foi extinta, ficando a cargo do FNDE as atribuições no que tange ao PNLD. A produção e distribuição dos livros didáticos se deram de maneira contínua e massiva, assim os alunos do Ensino Fundamental passaram a receber livros de todas as disciplinas. O programa passou a solidificar-se, sobretudo, devido a dois fatores:

[...] primeiro, o processo articulou-se com a elaboração e a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esse vínculo vem conferindo ao livro didático um papel importante na implantação de políticas educacionais [...]. Segundo, essa avaliação está tendo reflexos significativos no mercado de livros didáticos. (IMENES & LELLIS, 1999, p 47).

Através da resolução 38/2004 do FNDE, em 2004 foi implantado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), que definiu a distribuição dos manuais didáticos para as três séries do Ensino Médio no país.

## 2 O livro didático de Português

Numa sociedade em que os recursos tecnológicos são utilizados com maior frequência, sobretudo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o livro didático ainda se faz bastante presente nas salas de aula, pois é tido como o grande referencial por professores.

Para tratar do livro didático, julga-se oportuno resgatar algumas características ao longo de sua história, porque é

exatamente pela história e na história da educação brasileira que podemos buscar uma compreensão crítica sobre como esse objeto ganhou tanta força no contexto do nosso magistério, perdendo seu caráter de *meio* para se transformar num *fim em si mesmo* nos ambientes formais de ensino (SILVA, 1998, p 44).

No Glossário Ceale (2014), o professor Clécio Bunzen da UNIFESP, define “livro didático de Língua Portuguesa” como um material intencionalmente pensado para ser usado tanto em situações escolares coletivas, quanto individuais. Tem como função colaborar com o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem formal e sistematizado da língua materna.

Antes dos anos de 1940, os manuais de gramática não existiam na maneira que se conhece hoje. Até a década de 1950, de acordo com as palavras de Bunzen (2014), os materiais didáticos impressos para o ensino de língua portuguesa

eram cartilhas, livros de leitura, gramáticas e antologias. Entre os anos de 1950 e 1960 surge um tipo de material didático que retoma as características dos materiais anteriores, todavia, com um novo funcionamento e nova organização. No mesmo impresso, havia uma coletânea de textos para o ensino de leitura e conteúdos gramaticais, e as atividades de “composição”, “redação”.

Os primeiros livros didáticos de Língua Portuguesa traziam divisões demarcadas, porém observa-se que ao longo do tempo houve uma maior integração entre os eixos e objetos de ensino. Os textos, as propostas de escrita e a gramática se fundem num conjunto de imagens, instruções de atividades e explicações dirigidas aos alunos.

Dessa forma, o livro didático de Língua Portuguesa apresenta e organiza os objetos de ensino e atividades em lições, unidades, capítulos, em função de uma progressão das escolhas curriculares, levando em conta os interlocutores, os níveis de ensino e os critérios de avaliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). A elaboração desse recurso é resultado de uma atividade coletiva, pois envolve diversos agentes, como escritores, editores, ilustradores, diagramadores, designer gráfico e revisores, para a construção de projetos didáticos a fim de ampliar as capacidades de leitura, escrita e oralidade. Além de fornecer subsídio para um trabalho que permita analisar e refletir sobre os usos da língua.

É importante frisar que os avanços da Linguística colaboraram de maneira significativa para uma revisão do ensino da língua portuguesa. Algumas mudanças podem ser constatadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCNLP), que determinam maior concentração nas atividades de produção e compreensão de textos, permitindo as diversas possibilidades de usos da linguagem.

### **3- LD e a formação do professor**

Com relação aos estudos sobre a linguagem, os manuais didáticos apelam para a teoria a fim de atender aos critérios estabelecidos pelo PNLD e às diretrizes dos PCN.

No entanto, é sabido que até a década de 1940, o ensino de língua portuguesa era pautado na gramática da língua e no estudo de autores consagrados, mais precisamente, os literários. Foi na década de 1930 que a questão da formação de professor surgiu. Soares,

lembra que os professores

eram estudiosos, autodidatas da língua e de sua literatura, com sólida formação humanística, que, a par de suas atividades profissionais...e do exercício de cargos públicos que quase sempre detinham, dedicavam-se também ao ensino...O professor da disciplina Português era aquele que conhecia bem a gramática e a literatura da língua, a retórica e a poética, aquele a quem bastava, por isso, que o manual didático lhe fornecesse o texto...cabendo a ele - e a ele só - comentá-lo, discuti-lo, analisá-lo e propor questões e exercícios aos alunos. (2001, p 151)

Já na década de 1950, a tarefa de formular exercícios e questões fica a cargo do autor do livro didático, de forma que os próprios professores passam a esperar que o autor do livro assuma tal responsabilidade.

Supõe-se que é responsabilidade dos cursos de Letras a tarefa de orientar os graduandos a respeito da seleção de conteúdos de linguagem. De forma que é importante que o professor saiba aplicar as teorias linguísticas no ensino da língua materna, para uma aprendizagem significativa. Assim, sabe-se que é função dos cursos de formação preparar os professores para elaborar o material didático a ser utilizado nas aulas, contudo é necessário reconhecer que os manuais didáticos também exercem a função de formar professor, uma vez que contribuem com recursos os quais permitem uma melhora no desempenho da prática docente.

Diante disso, é relevante ressaltar que a formação do professor fica a cargo da instituição de ensino na qual o docente possui vínculo de graduação. Cabe a esta, orientar os graduandos quanto ao uso do livro didático, sobre a seleção dos conteúdos e estratégias utilizadas, chamando atenção para o fato de que segundo Lajolo (1996, p 5), o livro didático, mais precisamente o manual do professor, “precisa ser mais do que um exemplar que se distingue dos outros por conter a resolução dos exercícios propostos”, visto que o professor é “uma espécie de leitor privilegiado da obra didática, já que é a partir dele que o livro didático chega às mãos dos alunos”.

Segundo os PCN, a formação de professores faz-se necessária a fim de que haja uma transformação efetiva do ensino. Para que isso ocorra, é preciso que os currículos oferecidos na formação inicial do professor sejam revisados e atualizados. Nesse sentido, torna-se relevante

a implementação de programas de formação continuada que cumpram não apenas a função de suprir as deficiências da formação inicial, mas que se constituam em espaços privilegiados de investigação didática, orientada para a produção de novos materiais, para análise e reflexão sobre a prática docente, para a transposição didática dos resultados

de pesquisas realizadas na linguística e na educação em geral (BRASIL, 1998, p 67).

Contudo, investir na formação de professores implica investir também nas reais condições de trabalho desse profissional. Nesse ponto, as Diretrizes Curriculares Nacionais esclarecem que a melhoria na qualificação docente dependerá de políticas que objetivam

- fortalecer as características acadêmicas e profissionais do corpo docente formador;
- estabelecer um sistema nacional de desenvolvimento profissional contínuo para todos os professores do sistema educacional;
- fortalecer os vínculos entre as instituições formadoras e o sistema educacional, suas escolas e seus professores;
- melhorar a infraestrutura institucional especialmente no que concerne a recursos bibliográficos e tecnológicos;
- formular, discutir, e implementar um sistema de avaliação periódica e certificação de cursos, diplomas e competências de professores;
- estabelecer níveis de remuneração condigna com a importância social do trabalho docente;
- definir jornada de trabalho e planos de carreira compatíveis com o exercício profissional (BRASIL, 2001, p 4).

Nesse sentido, o investimento na formação do professor é uma das principais estratégias para a conquista de uma educação de qualidade, principalmente porque somente a formação inicial torna-se insuficiente para atender as exigências da sociedade em constante transformação.

Numa experiência com a Prática de Ensino de Português, a professora Ângela Dionísio (2001), da Universidade Federal de Pernambuco, encontrou uma clientela homogênea no que tange ao ensino de língua. Segundo seu estudo, os alunos foram classificados em:

*Aluno-professor*: ensina ou já ensinou; tem o livro didático como único recurso; e não sabe o que fazer com as correntes linguísticas, estudadas na graduação, em sua prática de sala de aula; *Aluno-pesquisador*: graduando com ampla experiência em pesquisa científica, participante de congressos, porém sem noção de como colocar em prática na sala de aula seus conhecimentos científicos. Para este, o livro didático objetiva instrumentalizar o docente; *Aluno-aluno*: graduando sem experiência de ensino ou pesquisa. Espera pela disciplina de Prática de Ensino para colocar as habilidades de professor em prática.

Nesse sentido, é preciso buscar alternativas para que os alunos percebam o papel do professor como mediador, na tentativa de atrelar todo o conhecimento teórico e a prática do ensino de língua. Desse modo, o importante é que o aluno constata que o professor



deve ser superior ao livro didático, tanto em conhecimento, quanto em desempenho metodológico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com as referências estudadas sobre o tema abordado nesse artigo ficou entendido que o livro didático é uma ferramenta de suma importância no ensino e aprendizagem formal. Embora não seja o único material a ser utilizado por professores e alunos na prática escolar, ele pode ser decisivo para a qualidade do aprendizado. No entanto, é necessário que o professor se aproprie desse recurso, configure-o, ou personalize-o de acordo com suas necessidades, usando-o com seus propósitos.

Sabe-se que muitas vezes esse recurso não demonstra ser um material completo, porém cabe ao docente fazer as adaptações necessárias em seu trabalho na sala de aula, contextualizando e somando atividades que sejam construtivas e instigadoras para o bom desenvolvimento do aluno, direcionando a turma a explorar os pontos positivos do livro, utilizando recursos extras como complemento, tornando-o um instrumento auxiliar e no processo de ensino/aprendizagem.

Nesse sentido, um livro didático que é considerado bom diferencia-se de um outro classificado como ruim pelo tipo de diálogo estabelecido com o professor durante o planejamento do curso. Assim, um livro classificado como ruim, pode ficar bom na sala de um bom professor, ao passo que o melhor livro pode não desempenhar um bom papel com um docente despreparado. Porque o LD deve ser considerado apenas um instrumento auxiliar da aprendizagem, porém essencial, principalmente no que tange o ensino de Língua Portuguesa, onde estão presentes as ferramentas necessárias para a produção textual e a contemplação da oralidade através da leitura coletiva e identificação dos gêneros textuais presentes.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Meirélen. Relatório final do projeto “*O que se sabe sobre livros didáticos de língua portuguesa para o segundo grau*”. Orientadora: Lílian Lopes Martin da Silva, UNICAMP, 1997.

BATISTA, A. A. G. & ROJO, R. Livros escolares no Brasil: a produção científica. In: VAL, M. da Costa & MARCUSCHI, B. *Livros didáticos de Língua Portuguesa: letramento e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p 13-45.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. *Livros didáticos de Português formam professores?* Brasília-DF: Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores, out., v1, n6. MEC/SEF, 2001, p 82-88. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol1b.pdf>>. Acesso em Março, 2016.

FREITAG, Bárbara et al. *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília: INEP/REDUC, 1987.

\_\_\_\_\_ *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1993.

LAJOLO, Marisa. *Livro didático: um (quase) manual de usuário*. Em Aberto, n 69, p 2-9, 1996.

NEVES, Maria H. M. *Examinando os caminhos da disciplina Linguística nos cursos de Letras: por onde se perdem suas lições na formação de professores*. Anais da 18 Jornada de Estudos Linguísticos no Nordeste. Salvador: UFBA, 2000.

OLIVEIRA, J. B. A. et al. *A política do livro didático*. São Paulo: UNICAMP, 1984.

SILVA, E. T. da. *Criticidade e leitura*. Ensaios. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

SOARES, Magda. *Que professores de português queremos formar?* Revista Movimento, n 3, p 149-155, 2001.

UFMG. Faculdade de Educação (FaE). Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale). *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte, 2014.